



# Como a religião africana compreende a paz: uma proposta pós-colonial para a transformação social

*How African Religion understands peace: a post-colonial proposal for social transformation*

*Cómo la Religión Africana comprende la paz: una propuesta poscolonial para la transformación social*

Luan do Nascimento Silva<sup>1</sup>  
Fábio Régio Bento<sup>2</sup>  
Fábio Rodrigo Ferreira Nobre<sup>3</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p51

Recebido em: 30 de junho 2019  
Aprovado em: 28 de outubro 2019

## Resumo

*O trabalho almeja compreender as perspectivas de paz na Religião Africana; para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória através da metodologia de análise bibliográfica e documental; abordando elementos dessa religião – como crenças e práticas locais – que corroboram com uma abordagem de transformação social que converge os Estudos para a Paz e o Pós-colonialismo.*

**Palavras-chave:** *Religião Africana, Cultura de Paz, Pós-colonialismo.*

## Abstract

*This work aims to understand the perspectives of peace in the African Religion; hence a qualitative and exploratory approach is adopted through the methodology of bibliographical and documentary analysis, discussing the elements – such as the strength of local religious beliefs and practices – which corroborate a social transformation approach that converges Peace Studies and Postcolonialism.*

**Keywords:** *African Religion, Peace Culture, Post colonialism.*

## Resumen

*El trabajo busca comprender las perspectivas de paz en la Religión Africana; para este fin, se adopta un enfoque cualitativo y exploratorio a través de la metodología de investigación bibliográfica y documental; abordando elementos – como las creencias y prácticas locales – que corroboran un enfoque de transformación social que converge los Estudios para la Paz con el Poscolonialismo.*

**Palabras clave:** *Religión Africana, Cultura de Paz, Poscolonialismo.*

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB), bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade. João Pessoa, Brasil. Orcid: 0000-0003-2425-4227

2 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universita S. Tommaso D'Aquino (U.P.TOMMASO, Itália). Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e professor colaborador do PPGRI/UEPB. Sant'Ana do Livramento, Brasil. Orcid: 0000-0003-3796-1799

3 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor nos programas de graduação e de pós-graduação em Relações Internacionais da UEPB. João Pessoa, Brasil. Orcid: 0000-0002-2905-0541

## Introdução

A Religião Africana<sup>4</sup>, apresentada dessa forma generalizada, não exclui a pluralidade religiosa do continente, pois essa definição gira em torno da busca por uma concepção de unidade, salientando aspectos comuns e essenciais ao discurso religioso na África. Nesse sentido, o apelo universal aos espíritos que dão vida a natureza consiste em uma importante característica da unidade na Religião Africana, assim como as ideias de “reciprocidade, circularidade e continuidade da comunidade humana” (ASANTE; MAZAMA, 2009, p. xxii).

Para Beyers (2010), a Religião Tradicional Africana se configura como uma categoria específica, denominada de *religião primal*, ou seja, a pluralidade religiosa da África não é marginalizada, tendo em vista que diversas correntes religiosas do continente africano são incluídas nessa categoria, definida em termos de características comuns – a serem abordadas no desenvolvimento do trabalho.

Vale ressaltar que a religião é uma relevante matéria a ser abordada em análises de Relações Internacionais (RI). Embora seja uma temática presente desde o início da disciplina de RI, os fenômenos religiosos foram, por muito tempo, negligenciados por uma concepção secular e racional da epistemologia positivista que moldava e, de forma geral, ainda molda muitas abordagens das Relações Internacionais. Não obstante, a *virada para a religião* nas análises de RI é resultado de uma série de eventos internacionais – como os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 – que influenciaram o fortalecimento de uma agenda de pesquisa em Relações Internacionais que dá ênfase na religião (CARLETTI; FERREIRA, 2016).

Na conjuntura pós-11/09, muitos analistas buscaram estudar a influência da religião nas políti-

cas doméstica e internacional, especialmente no que diz respeito às questões de segurança (FERREIRA, 2015). Aqui, destaca-se o que Scott Appleby chama de *ambivalência do sagrado*, isto é, nesse contexto, a ambivalência implica que há a possibilidade de a religião incentivar tanto comportamentos violentos quanto comportamentos não violentos (OMER, 2015). Portanto, a preocupação de analistas com a relação entre religião e dinâmicas de segurança realça a necessidade de analisar o papel da religião em contextos de conflito e de construção da paz, assim, surge a reflexão acerca das contribuições da Religião Africana para a paz.

Levando em consideração o aspecto político da religião e sua influência nas relações internacionais, o presente trabalho tem por objetivo compreender as perspectivas de paz na Religião Africana. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de três objetivos complementares, cada um dando origem a uma seção do trabalho. Primeiro, buscaremos explicar a formação da Religião Africana, em seguida analisaremos suas contribuições para a concepção da paz e, por fim, examinaremos a religião na África como proposta pós-colonial de construção da cultura de paz. Dessa forma, o trabalho se dividirá da seguinte forma: (i) *Compreendendo a Religião Africana*; (ii) *Perspectivas de paz na Religião Africana*; (iii) *Religião enquanto abordagem pós-colonial para a paz na África*.

Logo, o material bibliográfico contemplará as literaturas de história e teologia africana, bem como as literaturas dos Estudos para a Paz (EPP), com ênfase no papel da religião em processos de Construção da Paz; além disso, a pesquisa almeja conciliar as literaturas mencionadas com o referencial teórico acerca das perspectivas pós-coloniais das Relações Internacionais (RI). Parte-se, portanto, de uma metodologia de análise documental e bibliográfica baseada numa abordagem qualitativa e exploratória, que busca identificar os elementos da Religião Africana que contribuem para construção de uma perspectiva de paz propriamente africana.

<sup>4</sup> Pode ser tratada não só como Religião Africana, mas também como Religião Tradicional Africana ou Religião Indígena Africana (WIJSEN, 2007, p. 59).

Portanto, parte-se do pressuposto que a religião – atores, movimentos, aspectos relacionados, como espiritualidade e religiosidade – influenciam nas dinâmicas de segurança doméstica e internacional, e assim sendo, considera-se que a tentativa de fortalecimento da Religião Africana serve a uma proposta pós-colonial de resgate cultural que fornece os fundamentos para o desenvolvimento da cultura de paz, em detrimento da imposição cultural do Ocidente durante o violento processo de colonização do continente africano.

## Compreendendo a Religião Africana

No centro da concepção de continuidade da comunidade humana, trazida pela Religião Africana, encontra-se a crença na ancestralidade como parte constitutiva dessa comunidade, ou seja, a noção de comunidade na Religião Africana não só engloba os seres humanos vivos, mas também aqueles que ainda não nasceram e os que já morreram. Dessa forma, na perspectiva africana compreende-se o mundo “como um lugar cheio de energia, dinamismo e vida, e a contenção do caos pela harmonização do mundo espiritual é a principal tarefa do ser humano em sintonia com a natureza” (ASANTE; MAZAMA, 2009, p. xxiii), destaca-se que a existência do mundo espiritual é incontestável para a maioria das correntes religiosas que se encaixam na categoria de Religião Africana.

Dentre as principais características que definem as religiões primais, de acordo com Beyers (2010), está a percepção de (i) religião originada em sociedades relativamente pequenas (sociedades tribais) e (ii) sem um fundador definido; além disso, essas sociedades (iii) têm uma forte ligação com a natureza e também (iv) com metáforas, símbolos e artes. Vale ressaltar, ainda, que essas sociedades majoritariamente (v) não possuem tradição na his-

tória escrita<sup>5</sup>. Embora a Religião Tradicional Africana seja definida categoricamente a partir de características basilares das religiões primais, não são excluídos os pontos de vista particulares de cada uma das correntes religiosas da África. Por conseguinte, é apresentada uma série de características da Religião Africana como a (i) crença em um Ser Supremo e em (ii) espíritos e divindades, (iii) culto aos ancestrais, (iv) uso de magia, feitiços e forças espirituais e a (v) crença em uma comunidade africana unificada.

Então, para compreendermos o papel da Religião Tradicional Africana em dinâmicas de conflito e paz, devemos buscar entender como se dá a configuração religiosa do continente africano. O continente africano é composto por 54 Estados<sup>6</sup> (membros da União Africana - UA) e tem mais de 800 milhões de pessoas, e quando se trata de religião, 40% da população é cristã (14,5% de católicos), outros 40% da população é muçulmana, enquanto adeptos de religiões indígenas constituem 20% da população. Não obstante, ambas as religiões que mais crescem (Islamismo e Cristianismo) muitas vezes são combinadas com as religiões indígenas (WIJSEN, 2007).

A África está dividida ainda em cinco regiões: Norte da África, Sul da África, África Ocidental, África Oriental e África Central. Vale ressaltar que o Norte da África, que tem a maior densidade populacional, é predominantemente muçulmano. Já o

<sup>5</sup> Muito da história e folclore africano são passadas oralmente, essa é uma forte tradição de seus povos. Logo, justifica-se a ausência de um “livro sagrado” da Religião Africana, ao contrário do Cristianismo que possui a Bíblia e do Islamismo que possui o Corão (LUGIRA, 2009).

<sup>6</sup> Posicionamento fundamental, que traz uma perspectiva de unidade continental, tendo em vista que o autor se contrapõe ao debate que divide o continente em dois: Norte da África e África Subsaariana. Na tentativa de justificar essa divisão teóricos e teólogos afirmam que as religiões do Norte da África não são genuinamente africanas. Essa perspectiva exclui, por exemplo, a contribuição cultural do Egito para uma herança africana.

Cristianismo é a principal religião do Sul da África, da África Ocidental e da África Oriental, enquanto na África Central a Religião Tradicional Africana tem mais força (LUGIRA, 2009).

Nesse sentido, o autor lista oito países onde a Religião Africana é praticada por mais de 33% da população, mesmo que apenas nos cinco primeiros essa seja a religião majoritária: Benin (51,5%), Guiné-Bissau (45,4%), Moçambique (35,1%), Libéria (34,1%), Costa do Marfim (33,5%), Serra Leoa (46,4%), Botsuana (38,8%), Burquina Faso (33,5%). Ademais, há cerca de 6.000 povos africanos (com distintas línguas, culturas, práticas e religiões), muitos deles são influenciados espiritualmente e se identificam de alguma forma com seus ancestrais. Ou seja, muitos muçulmanos e cristãos mantêm elementos da Religião Tradicional Africana.

De acordo com o relatório *Tolerance and Tension: Islam and Christianity in Sub-Saharan Africa*, publicado pelo *Pew Research Center* (2010), as crenças e práticas da Religião Tradicional Africana são mantidas por 25% da população africana, incluindo 20% dos cristãos e 26% dos muçulmanos. Um importante exemplo da manutenção dessas crenças e práticas pode ser visto na relação dos povos africanos com os sacrifícios para os espíritos ou ancestrais como fonte de poder protetivo, pois 27% de toda a África mantém essa crença, incluindo 30% da população muçulmana e 25% da população cristã. Há ainda quatro países cuja percentagem ultrapassa metade de suas populações: Tanzânia (60%), Mali (59%), Senegal (58%) e África do Sul (56%).

Segundo Ngulu (2016), a inserção do Cristianismo no continente africano ocorreu em três fases: (1) *Antiguidade*, que se refere ao tempo em que o Império Romano dominava o Norte da África, cujos próprios registros bíblicos abordavam o contato com o continente, especialmente com o Egito; não obstante, a expansão do Cristianismo para o resto do continente nessa primeira etapa

foi afetada pela chegada do Islamismo. (2) *Período português*, que remete a tentativa de fortalecimento das missões cristãs no continente durante o período de exploração africana pelos portugueses entre os séculos XV e XVIII; as missões foram afetadas pelo declínio do poder de Portugal na região. (3) *Esforços missionários do séc. XIX*, período no qual há uma renovação das missões cristãs na África, incluindo incursões católicas e protestantes que criaram uma infraestrutura que permitiu a manutenção dos trabalhos de evangelização. Essa terceira etapa pode ser dividida ainda em três momentos: *1800-1880*, período de exploração; *1880-1960*, período de colonização que consolida a Igreja; e *1960-presente*, período de independência, que possibilita a inserção de elementos indígenas na Igreja (NGULU, 2016).

O Islamismo, por sua vez, passou a ganhar força no Norte da África após a vitória dos árabes sobre o Império Bizantino, por volta do século VII, embora tenha enfrentado a resistência dos povos berberes – submetidos e convertidos ao Islã. A islamização partiu do Egito e, através do Oceano Índico e do Deserto do Saara, seguiu em três direções: (1) Do Mar Vermelho à costa oriental; (2) do Nilo ao Sudão; e (3) do deserto ocidental ao Magreb. O potencial comercial dos povos árabes facilitou esse processo. No século XI, por exemplo, a conversão ao Islamismo era necessária para participar das redes comerciais, que exploravam novas rotas e expunham sociedades africanas isoladas as influências externas (LEVTZION; POWWELS, 2000).

Além da forte influência no setor econômico, os muçulmanos influenciaram na construção do poder político da África, em especial pela sua ligação com os governantes locais, que eram alvos de conversão ao Islã – processo liderado por clérigos muçulmanos. Entre os séculos XI e XIX, em diferentes reinos, havia uma forte relação desses clérigos com os reis africanos, porém, esse contato limitado aos reis e suas comitivas imediatas fez

com que as elites aristocráticas combinassem o Islã com suas religiões tradicionais, ademais, formas tradicionais de autoridade não foram eliminadas pelo avanço do Islamismo.

Frans Wijsen (2007, p. 61), nesse sentido, fala sobre a manutenção ou mesmo renovação de formas tradicionais de autoridade e de práticas religiosas, principalmente como estratégias alternativas à globalização:

Em várias partes da África, o direito consuetudinário está sendo reestabelecido, após o fracasso do sistema judicial ocidental baseado na separação de poderes, introduzida pelas administrações coloniais. Na Tanzânia, o *sungusungu* se desenvolveu em reação a uma força policial ineficaz (Abrahams, 1987). Em Ruanda, os tribunais do povo, o *gacaca*, foram instituídos para lidar com a sobrecarga de casos. A Etiópia e a Eritreia usam o sistema *gada-gada*. [...] A mesma tendência é visível no campo religioso. Benin reconheceu a veneração dos ancestrais como uma religião oficial e os médiuns espirituais colaboram com líderes políticos (Ellis & Ter Haar 2004: 66-69). Depois da independência, vários estados africanos optaram por ideologias seculares nacionalistas. O colapso dessas ideologias deixou as pessoas frustradas e elas encontram alternativas nos líderes religiosos tradicionais.

Portanto, a sobrevivência das religiões tradicionais africanas se dá, primeiramente, através dos 20% da população africana fieis as religiões indígenas. Para além disso, a sobrevivência e renovação se dá também pelo sincretismo (síntese) ou dualismo religioso. Há ainda a *deconversão*<sup>7</sup> ou renovação que se dá em resposta à globalização e propõe o retorno às religiões indígenas tradicionais (WIJSEN, 2007).

O contexto religioso do continente africano traz muitas influências externas, muitas vezes ba-

seadas em conversões violentas, especialmente de incursões cristãs e islâmicas, que se tornaram as religiões majoritárias; entretanto, a Religião Tradicional Africana sobreviveu, muitas vezes devido a manutenção de práticas e valores das religiões locais em combinação com as práticas e valores das outras religiões. Assim, a seção subsequente se dedicará a identificar as práticas e os valores das religiões autóctones da África que contribuem para uma perspectiva de promoção da cultura de paz.

## Perspectivas de paz na Religião Africana

Nas últimas décadas, a extensão e a intensidade dos conflitos na África revelaram que a violência desafia o processo de desenvolvimento em todo o continente, provocando graves perdas humanas e materiais (SANTOS, 2011). De toda forma, há muito tempo a violência marca as sociedades africanas, cuja “política econômica da guerra” se apresenta como um agravante da insegurança humana (ADEYEMI-SUENU, 2014).

A religião, nesse sentido, tem sido um frequente elemento nos conflitos africanos e na geração da insegurança humana. Toma-se como exemplo o caso da Nigéria, dividida pelo conflito entre cristãos e muçulmanos, respectivamente situados ao sul e ao norte do país. Alguns fatores que agravam esse conflito são: a existência de poucos muçulmanos ao sul e o crescente número de cristãos ao norte; conseqüentemente, grupos fundamentalistas muçulmanos têm ganhado cada vez mais espaço ao norte; além disso, a estrutura federal do Estado permite ampla autonomia religiosa de suas regiões, possibilitando a aplicação das doutrinas em questões privadas e públicas, como na utilização da sharia para regular assuntos familiares ou para arquitetar um sistema educacional muçulmano (MØLLER, 2006).

<sup>7</sup> Enquanto perda de fé numa religião e retorno para a crença religiosa anterior a conversão.

A Religião Africana também apresenta tendências fundamentalistas<sup>8</sup> em determinados contextos, geralmente associada ao contexto da vida familiar, mas também pode ser visto em movimentos nacionalistas ou movimentos étnicos nacionalistas (SAKUBA, 2008). Para Wijssen (2007), embora a religião não seja a única causa dos conflitos no continente, deve-se levar em consideração que a religião é uma das motivações dos conflitos etnicamente orientados. Ou seja, assim como a etnia é um importante aspecto para a maioria dos conflitos na África, o sentimento religioso caracteriza muitos dos grupos étnicos envolvidos. Entretanto, a busca pela legitimidade da violência por meio da religião e a questão do fundamentalismo religioso não são objetos desse trabalho, mas servem como ilustrações para compreender o caráter ambíguo da religião, que não é puramente conflituosa, como destaca Jeffrey Haynes (2013, p. 46):

Por um lado, especialmente desde o final da Guerra Fria no final da década de 1980, houve uma série de conflitos nacionais e internacionais com raízes em divisões religiosas, culturais e étnicas. Por outro lado, a religião é também uma fonte de cooperação cada vez mais importante, muitas vezes focada na resolução de conflitos e construção da paz, bem como no desenvolvimento humano e social.

A religião possui um caráter ambíguo, pois não só influencia na geração de violência, como também pode gerar a paz. Logo, destaca-se o potencial da religião na transformação de conflitos (OMER, 2015). Para além da mera busca por resoluções e

mecanismos de gerenciamento, a perspectiva de “transformação de conflitos” aponta para mudanças construtivas em relacionamentos e contextos sociais marcados pela violência; atingindo, portanto, as dimensões pessoais, relacionais, estruturais e culturais dos conflitos (LEDERACH, 2003).

Segundo Silvestri e Mayall (2015), há elementos específicos da religião que possuem o potencial de transformação em sociedades e na arena internacional e que podem gerar a paz, sendo eles: (i) crenças/valores, (ii) líderes religiosos, e (iii) organizações baseadas na fé. Para Beyers (2010, p. 07), “a religião funciona como uma fundação moral e ética” para a vida humana em comunidade, logo, os valores religiosos desempenham um papel fundamental na formação das identidades e, conseqüentemente, no comportamento dos atores:

Valores e moralidade religiosa fornecem a identidade. No modo de vida religioso, as pessoas descobrem quem são e de onde vêm (Mbiti 1975: 13). Moral e valores fornecem segurança para uma existência harmoniosa. Valores religiosos e morais orientam e fornecem respostas para as questões da vida. Nesse sentido, a religião se torna o roteiro para a existência humana (BEYERS, 2010, p. 07).

Portanto, considerando que as crenças e valores são os elementos que orientam o pensamento e a prática de paz dos atores e movimentos religiosos, será dada ênfase nesses aspectos para compreender as perspectivas de paz na Religião Africana. Dentre as perspectivas africanas para a religião está a abordagem holística para compreender a unidade, isto é, “a conexão entre todas as coisas” (BEYERS, 2010, p. 06), que inclui a conexão entre o mundo físico e espiritual como planos de uma mesma realidade, desse modo, não há na Religião Africana uma preocupação direta com o plano metafísico, mas sim com a realidade – constituída pelo que é material e virtual, sem distinção.

Essa conexão entre os planos material e espiritual pode ser percebida na seguinte oração do povo

8 O autor diferencia “fundamentalismo” e “tendências fundamentalistas”, o primeiro se refere ao fenômeno de uma forma geral, enquanto o segundo destaca comportamentos específicos que se encaixam dentro do fenômeno, mas que não necessariamente surgem do padrão conservador que serve de base. Numa família com pensamentos progressistas, por exemplo, os pais podem possuir tendências fundamentalistas ao reproduzirem para os filhos seus costumes e valores tradicionais (SAKUBA, 2008).

*Banyoro* de Uganda, que clama implicitamente por harmonia entre o plano invisível – onde estão aqueles/as que construíram a sociedade, o lar, a comunidade – e o plano visível – onde estão aqueles que herdaram essas construções (SHORTER, 1975, p. 71):

*Meu pai construiu  
E seu pai construiu  
E eu construí.  
Deixe-me morar aqui com sucesso,  
Deixe-me dormir confortavelmente  
E ter filhos.  
Há comida para você.*

Essa visão de mundo totalmente integrado proporciona o significado da realidade e da relação humana com ela. A unidade na Religião Africana é expressa através de atos simbólicos, denominados rituais que abrangem a relação humana com a realidade, ou seja, a relação humana com o divino, o espiritual, o ancestral e também o social. Ademais, a ética e a moral na Religião Africana são os instrumentos de manutenção dessa concepção de unidade.

A partir disso, percebe-se que a religião não está dissociada da vida cotidiana dos africanos, pois a comunidade, a religião e a cultura estão interligadas. Portanto, as crenças não limitam a religião a práticas ou lugares específicos, pois estão presentes em seu estilo de vida (LUGIRA, 2009). Percebe-se que a comunidade é tida como algo relevante para a noção de unidade trazida pela Religião Africana, pois a busca pela prosperidade da comunidade está relacionada à harmonia da humanidade com o Ser Supremo, os deuses, os espíritos, os ancestrais (AWUAH-NYAMEKYE, 2012). Isto é, o bem-estar da comunidade é visto como uma atitude holística para com a vida, porque pensar e agir para o desenvolvimento hoje é defender a continuidade e prosperidade da vida em futuras gerações.

A relação entre paz e comunidade na Religião Africana pode ser analisada a partir das duas orações abaixo, ambas oriundas do Quênia, a primeira do povo *Wapokomo*:

*Ó Deus, dá-nos a paz, dá-nos a tranquilidade e deixa que a boa sorte venha a nós...*

*Ó Deus, dá-nos chuva; estamos na miséria e sofremos com nossos filhos e filhas.*

*Envie-nos as nuvens que trazem a chuva.*

*Nós te pedimos, ó Senhor nosso Pai, que nos envie a chuva.*

*Aquele que é doente, ó Deus; receba de ti saúde e paz, e sua aldeia e seus filhos e seu marido.*

*Deixe-a se levantar e ir trabalhar, deixe-a trabalhar na cozinha, deixe-a encontrar a paz novamente.*

E a segunda do povo Gikuyu:

*Líder:*

*Diga a paz!*

*Paz para as crianças!*

*Paz para o país!*

*Paz para os jardins!*

*Outras pessoas:*

*Ó paz!*

*Ó paz para as crianças!*

*Ó paz ao país!*

*Ó paz aos jardins!*

Nas duas orações, extraídas do livro *The Prayers of African Religion* (1995, p. 162) de John S. Mbiti, o pedido pela paz é explícito e parte de uma perspectiva de unidade não só entre os planos material e espiritual, mas também entre o ser humano e a natureza. Nesse sentido, a comunidade não é composta apenas pelos indivíduos e seus ancestrais, inclui-se nela o ambiente que os circunda e as forças espirituais que nelas se encontram – divindades são comumente atreladas à natureza na Religião Africana. É possível perceber esse sentimento comunitário em ambas as orações ao salientarmos que a paz não é pedida para si, mas para todos; a chuva como sinônimo de vida e paz, por exemplo, é uma súplica que beneficiaria toda a comunidade. Além disso, a concepção de paz que surge a partir daqui fortalece a ideia de Galtung (1964) de que

o potencial da vida humana só pode ser atingido em sociedades alicerçadas na cultura de paz, ou seja, essas orações reivindicam a um Ser Supremo que a vida seja vivida em seu potencial, com liberdade e tranquilidade para trabalhar e criar os filhos.

Entretanto, vale ressaltar que o retorno às religiões indígenas, embora possa ser considerado uma alternativa à globalização, não é livre de problemas, principalmente pela existência de religiões fundamentadas na etnicidade, logo, existem religiões que servem aos interesses de grupos étnicos específicos em detrimento de outros. Nesse trecho, realça-se a complexidade da formação de identidades na África, processo que pode ser definido em termos de etnias, religiões e/ou ideologias nacionalistas (WIJSEN, 2007).

Considerando que a cultura também serve aos interesses de grupos específicos, em contextos de insegurança a cultura permite que grupos ameaçados busquem a unificação com outros grupos que possuem vínculos identitários – quer sejam orientados pela etnia, religião, gênero ou nacionalidade. Então, parte-se de um conceito amplo de cultura definido em termos de organização da diversidade, ao invés do conceito tradicional que trata de sistemas de significados compartilhados (WIJSEN, 2007). Pensando na cultura enquanto mecanismo de segurança explorado em situações de opressão, podemos identificar traços culturais na África que incentivam a unidade como fundamentação para a paz. Dentro da Religião Africana, a busca pela unidade humana se apresenta como um caminho para a construção da paz, como pode ser observado na seguinte oração:

*Que a paz reine sobre a terra,*

*Que a taça de cabaça esteja de acordo com o vaso.*

*Que suas cabeças concordem*

*E todas as palavras más serão expulsas*

*No deserto, na floresta virgem*

Nessa oração, a concordância e a expulsão das palavras más podem ser percebidas como elementos da reconciliação entre grupos conflitantes, reivindicando que a união como forma de garantir que “a paz reine sobre a terra”. Para além da religião, outros traços culturais africanos reforçam essa perspectiva. Por exemplo, o lema *unidade é força*<sup>9</sup> tem sido uma das fundações para a coexistência pacífica entre os povos africanos. Esse lema, que é um dos pilares do socialismo *ujamaa*<sup>10</sup>, captura a essência da cooperação entre etnias. Assim como a filosofia *Ubuntu* também tem sido uma das fundações para a paz na África (WIJSEN, 2007), cuja ideia central pode ser traduzida pela máxima *eu sou humano porque nós somos humanos* ou *ser com os outros*<sup>11</sup>, que trata do reconhecimento da própria humanidade através do reconhecimento da humanidade do outro, realçando a união como necessidade inerente ao ser (NABUDERE, 2005). Um outro exemplo é a União Africana (UA), que após substituir a Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002, adotou o lema *uma África unida e forte*<sup>12</sup> para fomentar o movimento pan-africano e nutrir a noção de fortalecimento conjunto dos Estados africanos (HUNT; MORADA, 2018).

De acordo com Johan Galtung, a filosofia *Ubuntu* expressa a ideia e a prática de uma cultura de unidade dos seres humanos, sendo esse tipo de cultura uma abordagem para a paz, ao invés de uma abor-

9 Original na língua suaíli: *Umoja ni nguvu*.

10 Identificado na Tanzânia no início da década de 1960, também tem origem no suaíli. O termo está associado à ideologia política socialista africana e se refere, principalmente, aos relacionamentos comunistas em comunidades rurais, cujos princípios de igualdade, liberdade e unidade orientam as sociedades africanas para o desenvolvimento de uma rede comunitária de compartilhamento de benefícios materiais e sociais (BOESEN; MADSEN; MOODY, 1977).

11 O primeiro provérbio tem origem Zulu (no original: *umuntu ngumuntu ntabantu*), já o segundo tem origem Sotho (no original: *motho ke ntho batho*). Ao redor da África existem diferentes expressões que compartilham do mesmo sentido desses provérbios.

12 *An united and strong Africa*.

dagem tradicional de segurança. Assim, a abordagem de paz considera a transformação do conflito através de resultados igualitários e sustentáveis para todos os grupos envolvidos no conflito, enquanto a abordagem tradicional de segurança pressupõe relações assimétricas de força (WEBEL; GALTUNG, 2007).

O panorama conceitual de paz deve ser desenvolvido a partir da busca por elementos de diferentes culturas que contribuam para uma perspectiva dialógica de paz, independente de aspectos étnicos ou religiosos. Ou seja, envolve contribuições de culturas específicas para uma concepção ampla de cultura de paz (GALTUNG, 2003). Nesse caso, a partir de uma fundação filosófica consolidada, a percepção de um mundo interconectado que fortalece o sentimento de unidade africana pode ser considerada uma contribuição da Religião Africana para a cultura de paz.

Aqui, a unidade se apresenta como um importante aspecto da *paz positiva*, transcendendo a mera *paz negativa*. Por paz negativa se compreende a ausência de conflito, enquanto por paz positiva se compreende o preenchimento dessa ausência com elementos desejáveis para a sociedade, tais como justiça, harmonia, equidade (WEBEL; GALTUNG, 2007, p. 06) e, no presente caso, unidade.

Assim sendo, a unidade se caracteriza como uma contribuição teórica e prática, não só da Filosofia Africana, mas também da Religião Africana para uma compreensão de paz no continente, corroborando com o fortalecimento de um conceito amplo de cultura de paz, mesmo em um contexto de pluralidade religiosa.

## **Religião enquanto abordagem pós-colonial para a paz na África**

A busca por soluções propriamente africanas para os desafios de paz e segurança na África<sup>13</sup> parte de uma lógica de continuidade geográfica e de af-

inidade cultural e identitária – atrelada às experiências históricas compartilhadas, ênfase no colonialismo e na escravidão –, isto é, parte-se de uma lógica coletiva para a transformação da realidade africana pelos próprios africanos, em coerência com as necessidades integrais do continente e os propósitos domésticos de cada país (OKELLO; GEBREMI-CHAEEL, 2016), necessidades e aspirações que não são atendidas em modelos de resolução pré-concebidas pelo Ocidente.

Essa busca por respostas locais aos problemas locais fortalece concepções de empoderamento e emancipação, pois reconhece a capacidade dos atores situados no contexto de necessitada transformação em desenvolver estratégias para sua própria segurança e paz (RICHMOND, 2007). Além disso, a busca por soluções próprias corrobora com a crítica ao projeto de implementação da paz liberal pelo Ocidente (GOMES, 2013), rejeitando um conjunto de instituições e de modelos de resolução de conflitos que não se aplicam aos contextos sociais africanos.

Logo, a crítica ao projeto de paz liberal e ocidental, em favor de uma perspectiva de paz africana fortalece as abordagens pós-coloniais das Relações Internacionais. Para Ballestrin (2013), há duas perspectivas sobre o pós-colonialismo. A primeira remete a uma concepção temporal, posterior aos movimentos de independência, emancipação e libertação atrelados aos processos de descolonização. Enquanto a segunda remete as contribuições teóricas de estudos literários e culturais que propõe novas lógicas epistêmicas, intelectuais e políticas. Consequentemente, para além da ótica de superação de etapas históricas, a “memória coletiva” e as novas reflexões sobre o colonialismo ajudam a “modelar, sob novos matizes, a estrutura social, cultural, política, econômica e epistêmica dos arranjos societários recém-independentes” (LIMA; GERMANO, 2012, p. 201).

<sup>13</sup> *African-Centred Solution to African (AfSol)*.

Assim, o pós-colonialismo aspira em participar da criação de “verdades”, baseadas em distintos modos de significação e formas de conhecimento (ou os modos de representação) que promovem a justiça, a paz e o pluralismo político. Para este fim, ele contesta visões racionalistas, humanistas e universalistas e seus modos de significação (ou formas de dar sentido ao mundo), especialmente quando afirmam que a Europa possuía as formas mais sutis da razão, da moral e da lei. Além disso, o pós-colonialismo aplica memórias locais, artes e ciências aos assuntos de História, Literatura e Filosofia, entre outros. Terceiro, o pós-colonialismo rejeita o “essencialismo nativo”, ou a ideia de que os nativos têm características essenciais e atemporais. Essa ideia foi abusada por potências ocidentais e elites pós-coloniais com o propósito de aquisição e retenção de poder. Finalmente, o pós-colonialismo destaca a relação entre liberdade e política, particularmente nos cenários de produção de conhecimento e formulação de políticas (GROVOGUI, 2013, p. 248).

Nesse sentido, a Religião Africana se apresenta não como uma característica essencial dos povos africanos, mas sim como uma proposta original de significação e representação de seus pensamentos políticos e culturais, atendendo às suas próprias necessidades de paz, justiça e pluralidade, especialmente através da perspectiva de unidade humana.

Em contextos de insegurança e de violências, a perspectiva de paz da Religião Africana pode ser instrumentalizada para o tratamento de conflitos por meio de iniciativas de reconciliação. Nesses casos, os rituais se apresentam como um importante elemento dos processos de negociação, do estabelecimento de acordos e da formação de alianças entre grupos conflitantes. No Quênia, por exemplo, a transformação do conflito em direção a reconciliação entre os povos *Luo* e *Maasai* foi liderado por anciãos de ambas as comunidades e o pacto pela paz se deu da seguinte forma: primeiramente, os grupos foram engajados a encontrar os termos de um acordo de paz que os satisfizessem; em seguida foi marcado um dia para celebrar a aliança por meio de rituais, esses rituais envolveram

alguns atos simbólicos. O primeiro foi a derrubada das árvores<sup>14</sup> cujo veneno era utilizado para banhar as armas (flechas principalmente) e no local das árvores foram colocadas essas armas e os demais equipamentos de guerra; por conseguinte, foi realizado o sacrifício de um cachorro, simbolizando o derramamento de sangue de um inocente para a salvação de muitas outras vidas; num momento posterior, as mães em período de lactação, de ambas as etnias, amamentaram bebês do grupo outrora inimigo, referindo-se à comunhão do alimento; por fim, foram feitas orações pela preservação do pacto pela paz e maldições para aqueles que o violarem (SHENK, 1983).

Em outro caso ilustrativo, nos conflitos entre os *Zande* no Sudão, evidencia-se o papel das mulheres na construção da paz e da maldição formal como punição para a guerra. Nesse contexto, as mulheres mais velhas se colocam entre os guerreiros e dialogavam para que o conflito fosse resolvido de outra forma; se não funcionar, elas ficam nuas e/ou de joelhos como gesto amaldiçoador; os guerreiros geralmente se contem após essa abordagem, devido ao profundo respeito por essas mulheres (NWOYE, s.d.); entretanto, se mesmo assim não funcionar, elas se rastejam até eles dizendo:

*Nós somos suas mães  
Nós não queremos guerra,  
Nós não queremos derramamento de sangue.  
Não brigue com seus irmãos.  
Eles nos enviaram para pedir a paz.*

A performance ritualística e a busca por acordos por meio de pactos fundamentados no respeito à ancestralidade e ao plano espiritual realçam a influência da perspectiva de paz da Religião Africana sobre os arranjos societários locais e apesar da crítica dos estudos pós-coloniais ao universalismo – atrelado ao projeto liberal de imposição de instituições ocidentais, como a Declaração Universal de Direitos

<sup>14</sup> Essas árvores ficavam na fronteira que divide a comunidade e onde eram travadas as batalhas.

Humanos –, o pensamento filosófico e religioso na África almeja, de certa forma, um *universalismo concreto*. A partir desse ponto de vista, o universalismo concreto não se refere à homogeneização da natureza humana, mas parte do particularismo cultural<sup>15</sup> para fomentar a inclusão e aceitação das diversas experiências históricas através do diálogo. Portanto, identifica-se um modelo de relacionamento inter-religioso no continente africano, baseado na lógica da “unidade na diversidade” (WIJSEN, 2007, p. 148).

Então, a partir dos estudos pós-coloniais, evidencia-se um quadro desenvolvimentista para a África, baseado em valores e instituições africanas, como a noção de unidade presente nos sistemas de pensamento religiosos do continente, logo, “as comunidades religiosas servem como um fator unificador e como veículo para o desenvolvimento social, econômico e político no continente africano, que sofreu uma fragmentação aguda como resultado da colonização, globalização econômica e aprofundamento da pauperização” (TSELE, 2001, p. 215 *apud* AGBIJI; SWART, 2015, p. 12).

## Considerações finais

A Religião Tradicional Africana, embora tratada como categoria generalizante na qual se encaixam diversas correntes religiosas tradicionais da África, não marginaliza a pluralidade religiosa do continente, mas busca agrupá-las através da identificação de características comuns, como a crença em um Ser Supremo, a força da ancestralidade e, principalmente, a perspectiva de unidade que permeia e integra os planos material e espiritual (faces de uma mesma realidade).

Para além da crença numa realidade integrada (que entrelaça os planos espiritual e material, bem como o ser humano e a natureza), a força dos valores

e das práticas religiosas tradicionais podem ser instrumentalizados em diferentes etapas do processo de construção da paz: da negociação ao acordo, do acordo à aliança – quando a reconciliação deve ser promovida com base numa lógica de coexistência pacífica e, mais profundamente, de respeito recíproco e contínuo.

A religião, portanto, faz parte da vida cotidiana dos povos africanos, considerado um aspecto recorrente e fundamental na escalada de diversos conflitos ou no desenvolvimento de arranjos pacíficos no continente. Como abordado na primeira seção deste trabalho, a configuração religiosa de preponderância islâmica e cristã no continente foi muitas vezes resultado de incursões violentas e de processos de imposição de sistemas de pensamentos e conversão forçada da população local à religião do invasor/colonizador, como é o caso da associação entre as missões cristãs de evangelização do povo africano e o Império Português a partir do século XV (NGULU, 2016). De toda forma, as crenças e práticas religiosas indígenas sobrevivem e se renovam através de seus fiéis, do sincretismo e do fortalecimento do movimento de *deconversão*.

Frente aos contextos históricos fortemente marcados por conflitos e violências em todo o continente africano, faz-se mister buscar alternativas para o pensamento e prática da paz. Nesse sentido, vale reiterar que a religião não é necessariamente violenta ou conflituosa, ela pode ser uma potente ferramenta de promoção da cultura de paz, como no caso da Religião Africana, que revela uma concepção de unidade na diversidade que sustenta (e é sustentada por) um sistema filosófico propriamente africano e que possibilita não só a coexistência pacífica entre os povos, mas também a consolidação de uma base sólida de relacionamentos, cujo ódio é substituído pelo reconhecimento mútuo da humanidade.

Assim sendo, o resgate e fortalecimento da Religião Africana se apresenta como uma proposta pós-colonial para a paz na África, em contrapartida

<sup>15</sup> Ou relativismo cultural.

às perspectivas de paz impostas pelo Ocidente que desconsideram as particularidades culturais de cada país ou grupo religioso indígena. Logo, a perspectiva de unidade na diversidade, presente na Filosofia e Religião Africana, corrobora com a tentativa de transformar suas estruturas políticas, econômicas e sociais, fundamentando-as numa lógica de paz propriamente africana.

## Referências

- ADEYEMI-SUENU, Adebawale. Human security in Africa: issues and problems. **International Letters of Social and Humanistic Sciences**, v. 24, p. 89-93, 2014.
- AGBIJI, Obaji M.; SWART, Ignatius. Religion and Social Transformation in Africa: A Critical and Appreciative Perspective. **Scriptura**, v. 114, p. 1-20, mai. 2015.
- ASANTE, Molefi Kete; MAZAMA, Ama. **Encyclopedia of African Religion**. Los Angeles: SAGE, 2009.
- AWUAH-NYAMEKYE, Samuel. Religion and Development: African Traditional Religion's Perspective. **Religious Studies and Theology**, v. 31, n. 1, p. 75-90, nov. 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, mai./ago. 2013
- BEYERS, Jaco. What's Religion? An African Understanding. **HTS Teologiese Studies/Theological Studies**, v. 66, n. 1, p. 01-08, jan. 2010.
- BOESEN, Jannik; MADSEN, Birgit S.; MOODY, Tony. **Ujamaa – Socialism from above**. Copenhagen: Scandinavian Institute of African Studies/Uppsala, 1977.
- CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. Fenômeno religioso e as Relações Internacionais: Perspectivas analíticas e as novas agendas de pesquisa no Brasil. In: CHAVES, Daniel; WINAND, Erica; PINHEIRO, Lucas (org.). **Perspectivas e debates em segurança, defesa e Relações Internacionais**. Macapá: EdUNIFAP; Rio de Janeiro: Autografia, 2015.
- GALTUNG, Johan. **O que é uma Cultura de Paz e quais os obstáculos que nos separam dela?** São Pedro: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, 2003. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/O%20que%20%C3%A9%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20Galtung.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- GALTUNG, Johan. An Editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, p. 1-4, mar. 1964.
- GOMES, Aureo de Toledo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 46-76, jul./dez. 2013
- GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 247-265.
- HAYNES, Jeffrey. **An introduction to International Relations and Religion**. Abingdon: Routledge, 2013.
- HUNT, Charles T.; MORADA, Noel M.. **Regionalism and Human Protection: Reflections from Southeast Asia and Africa**. Leiden/Boston: Brill-Nijhoff, 2018.
- LEDERACH, John Paul. Conflict Transformation, In: BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi. (ed.). **Beyond Intractability**. Boulder: Conflict Information Consortium/University of Colorado, 2003. Disponível em: <http://www.beyondintractability.org/essay/transformation>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- LEVTZION, Nehemia; POUWELS, Randall L. Introduction: Patterns of Islamization and Varieties of Religious Experience among Muslims of Africa. In: LEVTZION, Nehemia; POUWELS, Randall L. **The History of Islam in Africa**. Ohio: Ohio University Press, 2000, p. 01-18.
- LIMA, José Gllauco Smith Avelino de; GERMANO, José Willington. O Pós-Colonialismo e a Pedagogia de Paulo Freire. **Inter-Legere**, n. 11, p. 198-227, jul./dez. 2012
- LUGIRA, Aloysius Muzzanganda. **World Religions: African Traditional Religion**. 3. ed. Nova Iorque: Chelsea House, 2009.
- MBITI, John S. **The Prayers of African Religion**. SPCK: London/Orbis Books: New York, 1975.
- MØLLER, Bjørn. **Religion and conflict in Africa - with a special focus on East Africa**. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2006.
- NABUDERE, Dani W. **Ubuntu Philosophy: Memory and Reconciliation**. Texas Scholar Works, 2005. Disponível em: [repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4521/3621.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4521/3621.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 mar. 2019.
- NGULU, Joseph Mpala. Is Christianity in Africa a fruit of colonialism? **Human Dignity Journal**, v. 63, n. 10, p. 95-110, 2016
- NWOYE, Miriam Agatha Chinwe. Role of Women in Peace Building and Conflicts in African Traditional Societies: A Selective Review. **Afrika World**, s.d.. Disponível em: [afrikaworld.net/afrel/chinwenwoye.htm](http://afrikaworld.net/afrel/chinwenwoye.htm). Acesso em 22 out. 2019.
- OKELLO, Sunday; GEBREMICHAEL, Mesfin. **African-Centred Solutions: Building Peace and Security in Africa**. Adis Ababa: Institute for Peace and Security Studies/Addis Ababa University, 2016.
- OMER, Atalia. Religious Peacebuilding: The Exotic, the Good, and the Theatrical. In: OMER, Atalia; APPLEBY, Scott; LITTLE, David (ed) **The Oxford Handbook of Religion, Conflict, and Peacebuilding**. Oxford/ Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

PEW RESEARCH CENTER. **Tolerance and Tension: Islam and Christianity in Sub-Saharan Africa.** Washington D.C.: Pew Forum on Religion & Public Life, 2010.

RICHMOND, Oliver. Emancipatory forms of human security and liberal peacebuilding. **International Journal**, v. 62, n. 3, p. 458-477, summer 2007

SAKUBA, Xolani. 'Fundamentalism in African Traditional Religion': A reflection on some points for consideration. **Scriptura**, v. 99, p. 388-403, 2008

SANTOS, Luíz I. V. G. **A arquitetura de paz e segurança africana.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SHENK, David W. **Peace and Reconciliation in Africa.** Nairobi: Uzima Press, 1983.

SHORTER, Aylward. **Prayer in the Religious Traditions of Africa.** New York: Oxford University Press, 1975.

SILVESTRI, Sara; MAYALL, James. **The role of religion in conflict and peacebuilding.** Londres: The British Academy, 2015.

WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan. **A Handbook of Peace and Conflict Studies.** London: New York, Routledge, 2007.

WIJSEN, Frans. **Seeds of Conflict in a Haven of Peace: From Religious Studies to Interreligious Studies in Africa.** Amsterdam/ Nova Iorque: Rodopi, 2007.